Influência das Boas Práticas de Execução do PNAE sobre a Compra da Agricultura Familiar

Influence of Good Practices in PNAE Implementation on Purchases from Family Farming

Rafael dos Santos Martins
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Santa Helena, PR, Brasil
Daiane Luiza Imig
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Santa Helena, PR, Brasil
José Tobias Marks Machado
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Santa Helena, PR, Brasil

GT10 - Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo: O trabalho teve como objetivo analisar o impacto das boas práticas no PNAE sobre a compra da Agricultura Familiar (AF) nos municípios paranaenses. Metodologicamente, o estudo utilizou dados do Sistema de Gestão de Prestação de Contas, de acesso público. Foram levantadas informações sobre o percentual de compra da AF e a realização de quatro boas práticas no ano de 2022. Os dados foram analisados de forma descritiva e por meio da correlação de Spearman. Os resultados evidenciam que, dos 399 municípios paranaenses, 51 compraram menos de 30% da AF. Enquanto 374 municípios declararam realizar chamada pública, apenas 142 informaram adquirir alimentos agroecológicos. A correlação de Spearman indicou associação significativa e moderada entre o estrato de compra e o uso de chamada pública (0,322). Os resultados podem subsidiar melhorias na execução desta política pública em municípios com dificuldades de compra institucional da AF.
Palavras-chave: políticas públicas, compra institucional, abastecimento alimentar, Paraná.

Abstract: This study aimed to analyze the impact of best practices within the Brazilian National School Feeding Program (PNAE) on purchases from Family Farming (FF) in municipalities of Paraná State. Methodologically, the study used data from the publicly available Accountability Management System. Information was collected on the percentage of purchases from FF and the adoption of four best practices in 2022. Data were analyzed descriptively and using Spearman's correlation. Results showed that, among the 399 municipalities in Paraná, 51 purchased less than 30% from FF. While 374 municipalities reported conducting public procurement calls, only 142 reported purchasing agroecological foods. Spearman's correlation indicated a significant and moderate association between purchase strata and the use of public calls (0.322). The findings may support improvements in PNAE implementation in municipalities facing difficulties in purchasing from FF.
Keywords: public policies, institutional procurement, food supply, Paraná.

1. Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerando considerado um marco entre as políticas públicas brasileiras para o meio rural. As justificativas para esta relevância se embasam em três aspectos principais. O primeiro, se relaciona a sua longa e ininterrupta história, uma vez que os primórdios do Programa remetem ainda a década de 1950. Um segundo aspecto se relaciona a sua abrangência de público, dado que o PNAE possui acesso universal e alcança assim estudantes de todos os municípios do país. Por último, mas não menos importante, o Programa possui alta intersetorialidade ao articular em uma única política pública questões que transpassam a educação alimentar, a segurança, a soberania alimentar e nutricional

e o apoio à agricultura familiar (Fornazier; Belik, 2015; Grisa; Schneider, 2015; Machado *et al.*, 2021).

É válido ressaltar que foi a partir das alterações apresentadas na Lei 11.947 de 2009, que o Programa se tornou mais dinâmico. Uma das principais alterações propostas pela legislação foi de que 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados à alimentação escolar, deveriam ser aplicados na compra de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares. Recentemente, em 2025 a Lei 15.226 aumentou o percentual mínimo de compra para 45% (Brasil, 2025). Além da compra mínima da agricultura familiar a redação da Lei 11.947, e suas atualizações subsequentes, destacam que cabe às Entidades Executoras (EEx) do Programa realizarem a compra da agricultura familiar por meio de chamada pública, realizar aporte de recursos próprios para compra de gêneros alimentícios, possuir nutricionista responsável técnico pelo Programa e buscar realizar a compra de alimentos orgânicos ou agroecológicos (Brasil, 2009; Campos *et al.*, 2023; Gomes; Lopes, 2016).

Ou seja, além da compra da agricultura familiar, existe um conjunto de boas práticas que devem ser adotadas pelas EEx para o bom funcionamento do PNAE. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a adoção destas práticas por parte dos municípios paranaenses e avaliar a relação destas com as compras da agricultura familiar. Parte-se da hipótese de que há uma correlação positiva entre o desenvolvimento das boas práticas e o aumento da compra da agricultura familiar no PNAE.

2. Metodologia

Todas as informações foram coletadas por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) acesso público. O SIGPC é uma plataforma destinada à prestação de contas e informações sobre uso de recursos financeiros em políticas públicas ligadas ao FNDE, tal como o PNAE. As informações foram levantadas para os 399 municípios paranaenses e disseram respeito ao ano de 2022, o último disponível no Sistema.

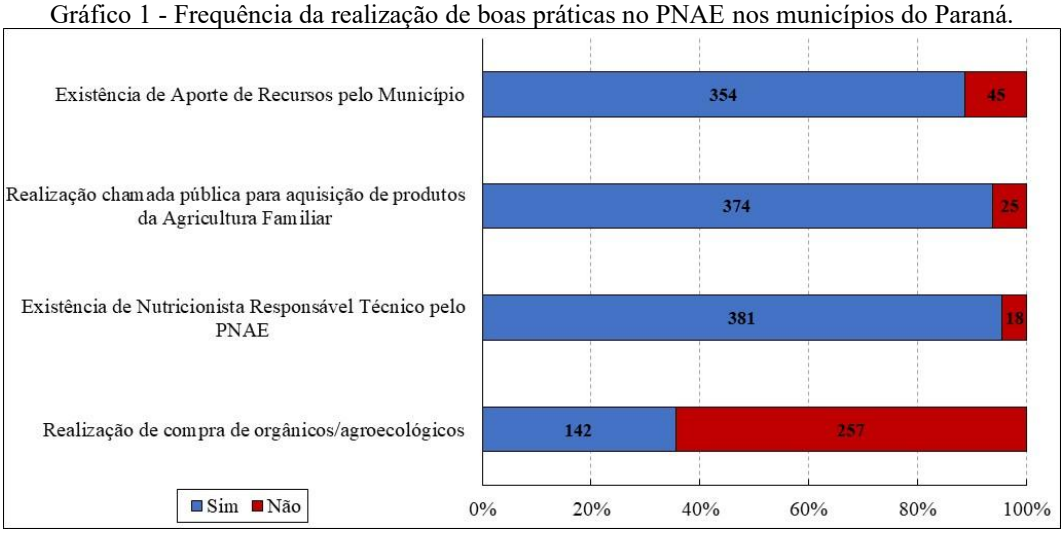
Além das variáveis relativas às boas práticas, foram levantados também o percentual de compra da agricultura familiar pelos municípios no ano de 2022. Estes dados foram categorizados em quatro estratos (E): E1 – compra inferior a 30%; E2 – compra de 30 até menos de 45%; 3 – compra de 45% até menos de 75%; E4 – compra de 75% a 100%. Os dados foram analisados de forma descritiva pelo uso de frequências e por meio do uso da correlação de Spearman, correlacionando a existência ou não da boa prática (variável dummy) com o estrato

de compra da agricultura familiar em um mesmo município. A codificação utilizada na variável dummy assumiu que a existência da boa prática no município teve valor 1, enquanto a não existência da boa prática teve valor 0.

3. Resultados

No ano de 2022, apenas 13% dos municípios paranaenses não atingiram a compra mínima de 30% da agricultura familiar. Por sua vez 33% dos municípios estavam no E4 de compra, ao passo que 37% estavam no E3 e 18% no E2. Dessa forma é possível analisar que a maior parte dos municípios paranaenses utilizaram mais de 45% dos recursos repassados pelo FNDE para a compra de produtos produzidos por agricultores familiares. Quando às boas práticas (Gráfico 1), nota-se que a grande maioria dos municípios faz aporte de recursos financeiros para a alimentação escolar (89%), realiza chamada púbica para compra da agricultura familiar (94%) e possui um nutricionista responsável técnico pelo Programa (95%). Contudo, a compra de alimentos orgânicos é feita por apenas 142 municípios.

Gráfico 1 - Frequência da realização de boas práticas no PNAE nos municípios do Paraná.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados extraídos do SIGPC Acesso público

Os resultados da correlação de Spearman apresentado na tabela 1 demonstram que há uma correlação positiva entre a adoção das boas práticas e o aumento da compra da agricultura familiar. Das quatro variáveis testadas, apenas a variável "realização da compra de orgânicos/agroecológicas" não teve significância estatística. Nesse sentido, houve uma associação significativa e moderada entre o estrato de compra e o uso de chamada pública (0,322), confirmando que esta prática é de suma importância para a compra da agricultura familiar. Já a correlação entre o estrato de compra e as variáveis existência de aporte de recursos e de nutricionista, embora fracas com valores de 0,123 e 0,233, respectivamente, obtiveram significância estatística.

Tabela 1 - Resultados da Correlação de Spearman entre o estrado de compra da agricultura familiar e adoção da boa prática nos municípios do Paraná.

Variáveis	Existência de Aporte de Recursos	Realização chamada pública	Existência de Nutricionista Responsável Técnico	Realização de compra de orgânicos/agroecológicos
Estrato de Compra	0,123*	0,322**	0,233**	0,036

*Significativo à 5% (p<0,05). ** Significativo à 1% (p<0,01).
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados extraídos do SIGPC Acesso público.

4. Considerações finais

Considerando a execução do PNAE no estado do Paraná, nota-se que a maior parte dos municípios tem comprado o mínimo exigido em lei, porém, ainda há possibilidades de aumentos da compra institucional da agricultura familiar no estado. Os resultados do estudo confirmam a hipótese inicial de que a adoção de boas práticas no PNAE se correlaciona de forma positiva com o aumento do percentual de aquisição da agricultura familiar. Embora existam análises complementares e mais aprofundadas que podem ser realizadas, que busquem evidenciar casualidade entre as variáveis, os resultados alcançados pelo presente estudo fornecem evidências empíricas relevantes para a proposição de melhorias na execução do PNAE em Entidades Executoras com dificuldade de compra da agricultura familiar.

Referências

Brasil. **Lei 11.947/2009**. Brasília, 16 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.

Brasil. **Lei 15.226/2025**. Brasília, 30 set. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15226.htm.

Campos, Anelise de Souza Muller *et al.* **Nossa escola com comida de verdade: cartilha de inserção de alimentos orgânicos e agroecológicos no PNAE**. Brasília: FNDE, 2023.

Fornazier, A; Belik, W. The connection between family farming and school feeding in a major Brazilian city. 2015, Rome. **Second International Conference on Agriculture in an Urbanizing Society**. Rome: AgUrb, 2015. p. 10.

Gomes, Renata Mainenti; LOPES, Sara Regina Souto. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar**. Brasília: FNDE, 2016. vol. 2ª edição

Grisa, Catia; Schneider, Sérgio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [*s. l.*], vol. 52, nº 1, p. S125–S146, 2015.

Machado, José *et al.* Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar e os problemas para a aquisição de produtos da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [*s. l.*], p. 271–286, 2021.